

## 6

### Considerações finais: entre o *ideal* e o *vivido*

[...] através de forças reticulares, produziram-se e se produzem na história períodos pacíficos e outros turbulentos e revolucionários, períodos de florescimento ou declínio, fases em que a arte se mostra superior ou não passa de pálida imitação. Todas essas mudanças têm origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. A história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos.

Norbert Elias

O discurso, a intenção e o movimento dos intelectuais que permearam a nação brasileira no período estudado, foram pautados na obtenção do crescimento do País através da mudança de comportamentos “coloniais” para comportamentos “civilizados” nos mais diversos significados do termo.

A busca pela conquista de uma conduta considerada civilizada se deu, principalmente, através de duas instituições educadoras importantes que foram: família e escola. A criança era o foco e a esperança do alcance desse objetivo por se tratar de um indivíduo em formação e, portanto, mais propício a absorver o que era proposto para o desenvolvimento da nação.

A fim de entender metodologicamente essa dinâmica, retomamos o pensamento de Elias (1993) que afirmou que a conduta civilizada significava mudança na constituição psicológica do indivíduo e que, desde a infância, era possível “sintonizar-se em um padrão altamente regulado e diferenciado de autocontrole, chegando a um nível elevado de automatismo, se tornando uma segunda natureza” (p. 197) do indivíduo. Desta forma, entendemos porque estava na criança o caminho para se alcançar o intento desejado.

Como de acordo com o pensamento de Arthur Ramos e também de Anísio Teixeira, o ambiente em que a criança estava inserida era o norteador de todo o processo, família e escola foram convocadas a participar e tomar o lugar de condutoras dessa educação promotora de mentes e corpos saudáveis preparados para servir e fazer progredir o país, portanto essas duas instituições precisavam ter condições de alcançar esse desafio. Cumpre frisar que o entrelaçamento dos campos científicos que provocou uma teia de ações entre a educação e a medicina através da psicologia, psicanálise e higiene mental possibilitou, de alguma forma, a “capacitação” dessas duas importantes instituições.

Uma das condutas considerada como “civilizada”, de acordo com Elias (1993), era o não uso da violência física como forma de resolução de conflitos entre os indivíduos. Transportando esse pensamento para a relação de interdependência entre os adultos e crianças, conseguimos entender porque alguns intelectuais à época levantaram suas vozes contra a prática de castigos físicos empregados e considerados como a forma mais adequada e eficiente para educar, até então. A recusa de tal atitude em relação à criança, na perspectiva de Arthur Ramos, pode ser interpretada de duas formas ao mesmo tempo: primeiro, se a aspiração que permeava a nação e, mais, especificamente o Distrito Federal, era o alcance de uma sociedade “civilizada” e, se a violência física passou a ser repudiada e vista como um ato “não civilizado” não cabia continuar insistindo nessa prática. Segundo, se a intenção era formar indivíduos equilibrados emocionalmente, os castigos corporais não faziam parte dos preceitos da higiene mental por apresentarem consequências nefastas pontuadas pelo próprio Arthur Ramos, como, por exemplo, comportamentos considerados pré-delinquenciais: fugas escolares, mentiras e furtos. Entretanto, reforçamos que violência e civilização não se opõem, como bem pontuou Veiga (2008), o que se tem é uma tensão constante entre pacificação e violência e o processo civilizador se caracteriza por isso.

O movimento da higiene mental, de acordo com Arthur Ramos, defendia a ideia primaz de que o homem adquiriu a neurose devido aos dias atribulados da civilização contemporânea que o direcionou a reprimir ainda mais sua pulsão a fim de conseguir conviver em uma grande rede de interdependência que crescia a cada dia, ao mesmo tempo que o impulsionava a buscar a individualização necessária para se destacar nessa sociedade. Mais uma vez nos parece pertinente recorrer a Elias (1993) a fim de tentar elucidar essa questão, pois segundo o sociólogo:

[...] a direção dessa transformação da conduta, [...] era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integrados. (p. 196).

O cenário da sociedade carioca no período entre-guerras era permeado pela pobreza, escassez alimentar, crise habitacional, altos índices de mortalidade infantil, evasão e repetência escolar, ou seja, uma verdadeira crise social o que fazia Arthur Ramos afirmar que o que motivava essa questão não era a mistura de “raças”, mas sim, o meio social e cultural que influenciava a formação da personalidade do indivíduo que a ele pertencia. Desta forma o médico alagoano direcionou o foco para a cultura e o meio em detrimento à afirmação de que a mistura de “raças inferiores” era a responsável pela degradação da sociedade.

E então chegamos à família *idealizada* capaz de educar o filho para servir a nação e compor a sociedade brasileira civilizada. Entretanto, a família que se apresentava, em sua maioria, era a *vivida* com todos os problemas de pauperismo, alcoolismo, doenças, moradia precária, filhos ilegítimos, abandono e *escorraçamento* infantil entre outras situações. Essa família, segundo a perspectiva de Arthur Ramos, era geradora da criança-problema e desta forma a higiene mental logo percebeu que os escolares *difíceis, caudas de classe, insubordinados, desobedientes, instáveis, mentirosos etc*, não eram *anormais* no sentido patológico do termo, mas sim, crianças que apresentavam *desajustamento* no comportamento e bloqueio na aprendizagem. Sendo a família *vivida* provedora de crianças-problemas logo foi o primeiro alvo da higiene mental, recebendo a interceptação, no caso das famílias cariocas, da higiene mental escolar através do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental.

Entretanto, esse empreendimento não apresentou o resultado esperado, como foi possível constatar no discurso de Arthur Ramos sobre o término do funcionamento do S.O.H.M. que transcrevemos no quinto capítulo desta dissertação. Entendemos que mesmo diante de várias tentativas realizadas pelo Serviço em dar assistência médica e alimentar às crianças atendidas por ele, como no sentido de divulgar e orientar essas famílias, tratava-se de uma situação mais complexa, ou seja, uma questão de Estado que precisava implantar políticas públicas capazes de dirimir, principalmente, a situação de miséria que a maioria das famílias enfrentava.

Pensar a escola como o lugar para realizar o que a família *vivida* não havia conseguido colocar em prática em relação aos ensinamentos da higiene mental ou, até mesmo, completar a obra iniciada em casa, foi outra iniciativa do S.O.H.M. que defendia a ideia de que a tarefa da higiene mental em educação era conservar

normal a criança normal e corrigir a que chegava à escola apresentando algum problema. Afirmamos em trabalho anterior (Papadopoulos, 2010a) que o professor era o agente chamado a por em prática um conjunto de orientações tanto em relação ao comportamento do aluno, como da família, a fim de inculcar as condutas da higiene mental escolar entendidas como corretas para aquela época, porém cumpre frisar que, antes de conduzir as crianças e famílias para absorver tal conduta, era chamado a praticá-las em primeiro lugar, pois como vimos, era imprescindível que o mestre tivesse uma *correta formação mental*, de acordo com Ramos.

Entretanto, encontramos também momentos de tensão nessa relação professor-aluno, pois a própria prática docente estava passando por modificações significativas, ou seja, a educação que antes era pautada em uma concepção tradicional e rígida passou a ser centrada no aluno. Então, como dar conta de uma relação que antes era totalmente balizada no autoritarismo do professor, autorizado a utilizar o castigo físico diante de qualquer comportamento do aluno que não o agradava ou de dificuldade de aprendizagem apresentada e, agora, deveria ser capaz de manter a disciplina da turma e um bom nível de aprendizagem sem o recurso antes utilizado e, principalmente, não ser mais o centro do processo de ensino-aprendizagem?

Desta forma, a iniciativa do Serviço para “civilizar” o comportamento do corpo docente através do uso dos preceitos da psicanálise foi o investimento em cursos constantes proferidos pelo próprio Arthur Ramos, com o objetivo de divulgar a psicanálise como recurso para auxiliar a tarefa pedagógica, além de ensinar sobre o comportamento infantil a fim dos professores compreenderem como se dava o desenvolvimento das crianças entendendo-as e conduzindo-as de acordo com os ensinamentos da higiene mental. Mesmo ressaltando a necessidade de um corpo docente *preparado mentalmente* e apresentando estudos em relação à análise psicanalítica de professores, objetivando a libertação de seus recalques inconscientes, não observamos nos documentos pesquisados que os mestres do Distrito Federal passaram por análise.

Até aqui foi possível constatar que as intenções colocadas em prática a fim de cessar o *escorraçamento* infantil através do uso dos conceitos da psicanálise e higiene mental e, concomitantemente, proporcionarem uma escola democrática, buscando solucionar o problema de pauperismo que permeava a sociedade

carioca, bem como torná-la um exemplo para o restante da nação, não caminhou totalmente junto com os resultados almejados. Não queremos afirmar que todo o trabalho desenvolvido pelo S.O.H.M. liderado por Arthur Ramos não tenha rendido frutos, porém constatamos uma lacuna entre o *ideal* e o *vivido*.

Concluimos - não com um significado de algo pronto e acabado, mas como possibilidade de organização do pensamento para posteriores questionamentos – que alguns pontos necessitam ser assinalados.

O primeiro ponto a ser considerado é que para que o trabalho desenvolvido por Arthur Ramos tomasse o vulto esperado e o prognóstico fosse de melhores resultados seria importante o desenvolvimento de uma política pública nacional com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida à sociedade, pois constatamos que os maiores problemas encontrados pelo médico alagoano relacionados à criança *escorraçada*, estavam ligados a questão do pauperismo que acabava promovendo situações de *desajustamentos* sociais e familiares que atingiam diretamente o desenvolvimento da criança. Não foi possível realizar um levantamento quantitativo sobre os resultados das intervenções feitas pelo S.O.H.M., pois nem todas as fichas de observação analisadas apresentavam esse aspecto, a maioria terminava nas orientações dadas pelo referido Serviço. Porém, mesmo ciente de todas as questões difíceis, Ramos não se furtou a levantar sua voz a fim de que o tratamento dispensado a essas crianças fosse melhor, além de ter sido uma iniciativa, também, a fim de diminuir os altos índices de repetência e evasão que assolavam a escola pública.

Tanto que outro ponto relevante que merece ser considerado foi a contribuição do movimento da higiene mental escolar e o endosso de Arthur Ramos em relação à substituição do termo de criança *anormal* para criança-problema. Apesar de ter sido a substituição de um rótulo por outro, não podemos desprezar o fato de que a partir daí, as crianças-problemas passaram a ser tratadas de forma diferenciada e mais adequada, do que quando eram classificadas como *anormais* e, portanto, recebiam o mesmo tipo de tratamento dispensado às crianças *anormais* no sentido patológico do termo, o que piorava sua condição escolar e de vida.

Uma terceira consideração que compreendemos ser importante ressaltar, apesar, de mais uma vez, a intenção ter sido maior do que o resultado, foi o fato de Arthur Ramos ter repudiado o movimento eugênico que tomava conta do

mundo e do Brasil, como vimos anteriormente. Isso explica o seu interesse em desenvolver estudos na área antropológica, mais especificamente, em relação ao negro brasileiro e, assim, tentar deslocar o foco para a questão cultural e meio social, ao invés das misturas das “raças”.

Após essas considerações, compreendemos que visitar a história da educação, mais especificamente, em relação ao tema estudado, nos fez descobrir o quanto do passado ainda repercute no presente. Questões semelhantes ainda estão sendo discutidas no cenário educacional brasileiro em busca de resultados e algumas intenções e iniciativas ainda movimentam essas buscas.

Hoje, podemos citar a Psicopedagogia como um campo de conhecimento interdisciplinar que tem como objetivo conhecer o sujeito que aprende, reconhecendo-o como um ser único, formado por várias dimensões. A Psicopedagogia é constituída como uma área resultante da articulação de algumas disciplinas, tendo como objeto de estudo de acordo com Kiguel (apud Bossa, 2007) “o processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos – bem como a influência do meio (família, escola e sociedade) no seu desenvolvimento.” Portanto, será que podemos afirmar ou pelo menos levantar a hipótese de que Anísio Teixeira tinha razão quando declarou que Arthur Ramos era um dos poucos entre eles que estava realmente trabalhando no futuro? Pois se analisarmos o trabalho desenvolvido no S.O.H.M. constatamos muitas semelhanças em relação à prática, o campo de investigação e o saber científico desenvolvido pela Psicopedagogia atualmente. Observamos que algumas tensões e questões que permeavam a atuação do Serviço, hoje permeiam de certa forma, a atuação psicopedagógica.

Por fim, consideramos pertinentes estudos posteriores em relação às aproximações e distanciamentos entre o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental no período de sua atuação e o campo psicopedagógico que hoje se descortina no cenário educacional brasileiro como forma de lidar com o cuidado dispensado às crianças, pelas suas famílias e escola, bem como, as dificuldades de aprendizagem apresentadas por elas. Além de buscar relacionar esse paralelo no âmbito das formulações de políticas públicas educacionais e sociais, a fim de diminuir o distanciamento entre o *ideal* e o *vivido*.